

Dívida em vez de ajuda?

A posição da Campanha Global pela Educação sobre o Fundo de Financiamento Internacional para a Educação

24 de Setembro de 2019

A Campanha Global pela Educação (GCE) defendeu o aprimoramento e o aumento da cooperação internacional e do financiamento interno para garantir o direito à educação para todos e participou activamente em debates e na implementação de elementos-chave da actual estrutura de financiamento internacional. Relativamente ao Fundo Internacional de Financiamento para a Educação (IFFEd), a CGE já [manifestou uma série de preocupações](#), quatro das quais reiteramos agora, no contexto da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2019 e na criação de um novo documento para o IFFEd que será publicado em breve:

- 1. Evitar o aumento da dívida e a vulnerabilidade da dívida.** Há uma crescente crise da dívida, que representa uma das principais ameaças ao financiamento interno da educação; por exemplo, no ano passado, o Gana gastou 42% do seu orçamento ao serviço da dívida. Como tal, estamos preocupados com as consequências que a utilização de empréstimos para financiar a educação possa ter e acreditamos que seria irresponsável o IFFEd emprestar a qualquer país em risco, moderado ou alto, de sobre-endividamento. Muitas organizações da sociedade civil participaram em discussões sobre o desenvolvimento do IFFEd e levantaram preocupações semelhantes e deram um feedback construtivo, incluindo o [Resumo de Políticas da Save the Children para o IFFEd](#) e a [Education International](#). Destacamos que mesmo os juros baixos da dívida multilateral podem contribuir para a crise da dívida como resultado dos choques nas taxas de câmbio - porque as dívidas são devidas em moedas estrangeiras; portanto, quando as taxas de câmbio se depreciam, a dimensão relativa da dívida aumenta. Há uma boa análise disto feita pela [Jubilee Debt](#) que mostra alguns cálculos feitos sobre as taxas de juros reais dos empréstimos do Banco Mundial.

Gostaríamos de receber esclarecimentos do IFFEd sobre as seguintes questões:

- a)** O IFFEd irá comprometer-se a não emprestar aos países em risco moderado ou elevado de sobre-endividamento
 - b)** De que forma o IFFEd irá garantir um forte compromisso para impedir o desenvolvimento de novas crises da dívida e reduzir o risco de reembolso da dívida contribuindo para a redução da receita disponível para a educação pública?
- 2. Alinhamento no financiamento internacional da educação.** A comunidade internacional passou muitos anos a construir uma estrutura global harmonizada de financiamento da educação, através da Parceria Global para a Educação. Estamos preocupados com o facto dos recentes esforços para desenvolver novos mecanismos e iniciativas de financiamento possam arriscar comprometer essa harmonização, aumentando a confusão e os encargos para os governos dos países em desenvolvimento. Para não duplicar os esforços existentes, o IFFEd deve alinhar-se e usar processos e sistemas da PGE a nível nacional, a fim de minimizar a criação de estruturas paralelas. Acreditamos que o IFFEd deve apoiar o fortalecimento do sistema. São necessários mais esforços para melhorar, reforçar e alinhar totalmente com a estrutura existente (incluindo o Comité Directivo da Educação 2030 e a PGE), que têm funções claramente definidas e estruturas representativas.

3. **Desafiar os bancos multilaterais de desenvolvimento.** A CGE baseia-se no pressuposto de que os bancos não deveriam ser os responsáveis pela reforma das políticas de educação. Estamos preocupados com o facto do IFFED conceder ainda mais poder ao Banco Mundial e a outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, especialmente com a ausência de revisões/avaliações independentes dos seus programas de educação e com o histórico desses bancos: falta de transparência, falta de uma orientação eficaz (para os países mais necessitados), falta de foco na educação básica e falta de apoio aos sistemas de educação pública. Estes têm sido, frequentemente, defensores da mercantilização da educação e de parcerias público-privadas, apesar da evidência de que estas frequentemente comprometem a equidade e a inclusão. Não estamos convencidos de que estas instituições sejam as melhores para tomar decisões sobre os investimentos em sistemas na educação e quais são os resultados pretendidos. Sugerimos, portanto, que o IFFED deve confrontar os bancos com a trajetória passada desses bancos e assumir uma posição clara e inequívoca de apoio ao fortalecimento dos sistemas de educação pública - sem impor a sua própria ideologia ou condições. A CGE espera que o IFFED tome isto em consideração.

4. **Captação de recursos internos.** Para a CGE, é evidente que o desafio mais premente no financiamento da educação é aumentar a mobilização sustentável de recursos internos. Não estão a ser feitos esforços suficientes para apoiar os países a expandir progressivamente as suas bases tributárias, para aumentar a parcela dos orçamentos destinados à educação ou a sensibilidade e o escrutínio das alocações orçamentais. Simultaneamente, existe a necessidade de compromissos fortes por parte da comunidade internacional para combater a fuga de capitais e a evasão fiscal. O financiamento previsível para os sistemas de educação pública virá dos governos, comprometendo os seus próprios recursos e sendo responsabilizados pelos seus próprios cidadãos.

Portanto, encorajamos vivamente o IFFED a seguir a política da PGE de condicionar o apoio ao aumento dos investimentos internos na educação. Se os PRMBs tiverem grandes populações de crianças fora da escola, será, em muitos casos, um sinal de que a parcela do orçamento destinada à educação é muito baixa e que é gasto de maneira desigual, beneficiando os mais favorecidos. Para incentivar a sustentabilidade e o progresso, no sentido de não deixar ninguém para trás, o IFFED deve incentivar gastos equitativos dos orçamentos da educação e avançar na direcção da ampliação da base tributária e, ao aumento de outras formas da mobilização de receita interna.